

SESSÕES DO PLENÁRIO

66ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de junho de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado José de Arimatéia comunicando que, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 15/06/2015.

Do Deputado Gika comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar nos Municípios de Serrinha e

Teofilândia, esteve ausente nas Sessões dos dias 17 e 18/06/2015.

Do Deputado Rosemberg Pinto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 10/06/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, submeto ao Plenário as atas das seguintes Sessões Ordinárias: 47^a, 52^a, 53^a, 57^a e 64^a, realizadas respectivamente nos dias 13, 25 e 26 de maio e 3 e 17 de junho de 2015; das Especiais 22^a, 23^a, 24^a, 25^a e 27^a, realizadas respectivamente nos dias 28 de maio e 11, 17, 18 e 19 de junho de 2015; e do Termo de Abertura do dia 25 de junho de 2015.

Em discussão as atas que acabam de ser citadas. (Pausa) Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, brindando-nos com o seu eloquente discurso, essa voz que orgulha tanto o povo da região Sul da Bahia.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Meu caro deputado Carlos Geilson, V.Ex^a realmente fica muito bem nesse lugar como presidente da Assembleia, caros deputados e deputadas, imprensa, amigos presentes às Galerias, Ilhéus comemorou no último domingo mais um aniversário de emancipação. Esse importante município do nosso Estado, localizado no Sul da Bahia, é importante e conhecido, deputado Luciano Ribeiro, pelas suas belezas naturais, pela sua história, pelos livros e romances de Jorge Amado. Enfim, é uma cidade com uma importância muito grande que comemorou mais um ano de emancipação.

Ilhéus, também conhecida pelo cacau, já foi um grande centro da economia do nosso Estado na época áurea dessa cultura, quando contribuiu muito para o desenvolvimento da Bahia e do Brasil. Apesar de ser uma cidade importantíssima do nosso Estado, como eu disse, deputado Herzem Gusmão, e importante também mundialmente, ela hoje carece, precisa, sim, de uma atenção especial dos governos federal e estadual.

Ilhéus comemorou mais um aniversário de independência, mas infelizmente precisa ter o olhar diferenciado do Estado e da União com importantes obras que podem ajudá-la. Por rima estão paradas. Ninguém sabe, ninguém viu! Está lá o Porto Sul, um grande sonho da região, para mais uma vez movimentar a economia ilheuense, que já vem debilitada pela crise da lavoura cacaueira. E também o Porto Sul ninguém sabe, ninguém viu! Não existe um vestígio de uma pedra para que se comece a construí-lo. A Ferrovia Oeste-Leste cadê, também?! Cadê a FIOF?! Ilhéus igualmente depende dela. E digo da importância de ter essa ferrovia e esse porto, pois o que adianta ferrovia sem porto e porto sem ferrovia?!

A duplicação da BR-415 no trecho Ilhéus/Itabuna, tão essencial para o desenvolvimento não só de Ilhéus como de toda a região Sul da Bahia, cadê?! Ninguém sabe, ninguém viu, ninguém comenta mais! Cadê o Aeroporto Internacional de Ilhéus, também importantíssimo para a economia da região e para desenvolver a

atividade turística, igualmente tão forte lá?! Cadê esse aeroporto?!

E quando se fala em obras do governo do Estado, cadê? Queria perguntar mais uma vez - não vou me cansar, deputado Herzem Gusmão, de fazer esta pergunta - ao secretário de Infraestrutura e ao governador da Bahia: cadê a Ponte Ilhéus-Pontal, que teve a sua ordem de serviço assinada em 28 de junho de 2013 e foi prometida estar pronta em 2 anos?! A cidade de Ilhéus esperava no dia 28 de junho agora, nesse domingo passado, a inauguração dessa ponte. E ela está lá parada, as obras estão paralisadas, ninguém sabe quando vão retomar!

Queria fazer um apelo ao secretário de Infraestrutura e também ao governador do Estado para que informem à população o que está ocorrendo. Por que essa obra está parada? Ela é de fundamental importância para o querido município de Ilhéus, como também para toda a região cacaujeira.

Então fica aqui o meu alerta às autoridades, sejam elas do governo federal ou estadual, dizendo que Ilhéus merece respeito, merece atenção! Fica daqui desta tribuna, mais uma vez, a minha cobrança em relação ao Porto Sul, à FIOEL, ao Aeroporto Internacional e à BR-415, naquele trecho importantíssimo entre Ilhéus e Itabuna. E também a minha cobrança da sonhada Ponte Ilhéus-Pontal, que se encontra totalmente paralisada! A população, que se encheu de esperança, está lá infelizmente hoje desacreditando que essa obra vai sair do papel.

Muito obrigado, caro presidente e amigo Carlos Geilson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado Pedro Tavares.

Agora o próximo orador. Eu era menino quando comecei no rádio e já ouvia falar que ele era um veterano na radiofonia da Bahia. Com a palavra o deputado Herzem Gusmão, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, meu colega de rádio Carlos Geilson, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas de imprensa, telespectadores da *TV Assembleia*, lembro-me - não posso esquecer - de que o agora ex-governador Jaques Wagner na Serra do Marçal, que separa Vitória da Conquista de Itambé e é o acesso para Itapetinga, Itabuna e Ilhéus, depois de um período longo em que aquele local esteve interditado, chegou lá de helicóptero para inaugurar as residências do Derba. E então prometeu, e eu fiquei entusiasmado, que ele haveria de restaurá-las em toda a Bahia.

Mas para a minha surpresa - e diria também para a surpresa do nosso Estado - o governo promoveu, na Reforma Administrativa de dezembro, a extinção do Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia, uma empresa de quase 100 anos! E nós estamos acompanhando os problemas. Há uma grita em todo o Estado da Bahia! Vejo aqui os colegas deputados reclamando, falando das condições de nossas estradas.

Tenho recebido inúmeros apelos, solicitações. Por exemplo, de toda a região de Vitória da Conquista, mas também de Poções até Ponto de Astério, que fica exatamente abaixo de Itapetinga e Itororó, já chegando praticamente lá em Firmino

Alves. E esse acesso de Poções a Ponto de Astério beneficia até Nova Canaã, deputado Euclides, que conhece muito bem aquela estrada, além de beneficiar Iguaí e Ibicuí.

Há um clamor pela restauração daquela BA! E não só lá! Estávamos vendo, viajando na semana passada, que uma estrada de aproximadamente 28 quilômetros, que serve para o escoamento da produção de café da cidade de Barra do Choça, já apresenta sinais evidentes de desgaste.

Quero lembrar que, quando existia o Derba, ele dava constantemente manutenção àquelas estradas, como também à BR-116, Rio/Bahia, passando por Belo Campo, Piripá, Tremedal, Condeúba, Cordeiros e sendo um caminho para o Norte de Minas Gerais.

Há verdadeiramente um abandono das nossas estradas! É inaceitável o governo promover a extinção de uma empresa de quase 100 anos! E o saudoso Juracy Magalhães, ex-governador da Bahia, dizia que as obras do Derba eram edificadas por mãos que pareciam edificar catedrais - palavras dele - devido à perfeição, qualidade e eficiência daquele Departamento. Então, é realmente uma pena que o governo estadual, numa canetada, elimine um órgão tão importante de quase 100 anos!

Sabemos que as estradas representam comunicação. Um Estado comunica bem quando sentimos que as suas estradas funcionam. Lembro que foi destacada a gestão do então governador Aécio Neves, que conseguiu levar o asfalto interligando as grandes cidades às pequenas para facilitar a economia, a comunicação e todos os intercâmbios.

Portanto, quero registrar mais uma vez e lamentar que o governo da Bahia tenha promovido, através de uma Reforma Administrativa, a extinção de uma empresa de quase um século!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Parabenizo o deputado Alex Lima pelo seu aniversário! Muitos anos de vida e saúde!

Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Quero aqui felicitar o nosso colega deputado Alex Lima pelos 20 e poucos anos de vida e 20 e poucos anos de política também. Parabéns, meu amigo! Deus lhe conceda muita saúde!

Gostaria de parabenizar também o prefeito ACM Neto, que ontem sancionou a Lei Outorga Onerosa, que vai viabilizar, deputado Herzem, um grande número de empregos e movimentar a economia do nosso município de Salvador, da nossa capital, num momento difícil do nosso País e do nosso Estado.

Quero parabenizá-lo, mas também fazer um apelo aos deputados amigos que podem nos ajudar, deputado Joseildo, representando muito bem o Partido dos Trabalhadores, pois infelizmente até hoje o governo federal ainda não ajudou esta nossa cidade. Do prometido com esses desastres das encostas que têm acontecido na nossa capital. Sei das dificuldades financeiras nos âmbitos federal e estadual, mas

estamos todos irmanados nessa questão e sabemos da necessidade dos nossos irmão soteropolitanos. A Prefeitura de Salvador já tem feito inúmeros esforços para evitar os acidentes decorrentes dos fenômenos naturais e outras que vêm ao longo de anos, mas precisamos do governo federal, que, até o momento, não nos ajudou em nada.

O ministro veio aqui, disse que iria ajudar, prometeu alguns recursos , recursos até grandes, e até agora, deputado Gika, nada. V. Ex^a que é do Partido dos Trabalhadores, pedimos sua ajuda e aos deputados ligados ao partido a fim de que juntos possamos vencer essa etapa.

Acho que é uma questão de prioridade, porque estava lendo o jornal de domingo, um dos jornais de maior circulação do Estado, e vi uma propaganda de espuma do governo do Estado, deputado Carlos Geilson, que preside a sessão neste momento. Vejam o Pacto Pela Educação, nada mais é do que uma grande fábula contada pelo governo, que já foi contada em 2011, e agora estão prometendo mais de 40 aeroportos, entre reformas, ampliações, e construção, no Estado da Bahia. Quem abriu o jornal A tarde no domingo e viu aquele tanto de aeroportos, mas a gente vê as estradas do Estado todas esburacadas, os carros das polícias jogados ao lixo, sem revisão, a saúde falida. Mas você vê a propagando do governo do Estado dos aeroportos. Infelizmente, nós que circulamos pelo Estado, não estamos vendo nada em relação aos aeroportos, só se vê propaganda. Mais uma enganação do governo Rui Costa, que ainda não disse para o que veio. Estamos completando seis meses de governo, e ele não disse para que veio.

Infelizmente, no final de semana último, três amigos pessoais meus, uma senhora que é conhecida em todo o Oeste da Bahia, pois o colégio do qual ela é dona e diretora, que alfabetizou milhares de pessoas, uma senhora de 60 anos de idade, foi sequestrada na porta de sua casa, quando ia para a igreja matriz de Barreiras, que ficava na esquina da sua rua. Infelizmente, essa pessoa chamada Tia Eleuza, proprietária do Sonho de Talita. Ela é mais uma munícipe do Oeste da Bahia vítima da violência.

E todo santo dia tenho que ouvir de meus irmãos, das pessoas que represento que não aguentam mais o absurdo descaso do governo do Estado com a saúde e com a segurança pública. O governo brinca de governar e a gente nesta Casa tem obrigação de cobrar dele. O governador anda de helicóptero e com seguranças para cima e para baixo. Ele se diz de bairro humilde, mas não olha para as pessoas que ele diz representar. Infelizmente, tenho que vir aqui toda semana repudiá-lo pela inércia do governo em relação à segurança pública do Estado.

Hoje saiu no G1 mais um dado triste deste Estado: a Bahia é o Estado do Nordeste onde mais cresce a violência, e tem o município onde mais cresce a violência, Porto Seguro. Eu não vejo o governo do Estado se posicionar com relação a nada, só faz espuma.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado Pablo Rodrigo Barrozo dos Anjos Vale, um grande nome para um grande deputado.

Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de, até, 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, *TV Assembleia*, canal sempre presente, venho, mais uma vez, a esta tribuna, primeiro, para falar a respeito da questão da cobrança da taxa de estacionamento de veículos em *shoppings centers*. Salvador já está na ativa, pois 90% dos *shoppings centers* já estão cobrando a taxa de estacionamento. Isso é a maioria. Eu soube que só há um *shopping* que não está cobrando.

Na cidade de Feira de Santana, Sr. Presidente, inclusive, hoje, é matéria do jornal *A Tarde*. Gostaria de deixar registrado aqui.

(Lê) “*Professor move ação contra associação de comerciantes.*”

O professor de Direito Henrique Quintanilha moveu ontem uma ação civil pública contra a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), em nome da Associação de Defesa dos Direitos dos Consumidores do Estado da Bahia (Aceba).

De acordo com Henrique, a ação visa garantir um direito e atender ao interesse de todos os consumidores da Bahia. 'Nós queremos desmentir as informações que a Abrasce divulgou na mídia e inseriu na cabeça do público. A prática de cobrança é abusiva e visa apenas favorecer os shoppings; todo dinheiro que entrar nos estacionamentos será para o lucro deles', criticou o professor Quintanilha.

Ele sustenta que os consumidores não têm o dever de pagar por um serviço que já deveria estar incluso no shopping. 'As pessoas vão para os shopping por um convite deles. Em nenhum momento, os consumidores foram consultados antes de eles tomarem essa decisão, nem os próprios funcionários têm valor reduzido da taxa.'”

Sr. Presidente, Feira de Santana só tem um *shopping center*, o *Boulevard Shopping*. Eles estão querendo cobrar a taxa de estacionamento de veículos a partir de amanhã. Já existe a mobilização dos próprios comerciantes que são contra. Já existe uma mobilização da própria imprensa local que, segundo informações, o que o STF decidiu aqui para Salvador, não cabe para Feira de Santana, porque, em Feira, existe uma lei municipal. Inclusive, essa lei foi aprovada em 2007. Eu estava naquela Casa quando essa lei foi aprovada. O autor dessa lei é o vereador Roberto Tourinho que, hoje, é secretário do município. E Feira de Santana não pagará o imposto.

O prefeito já se manifestou contrário à decisão da associação; as rádios, também. Acho até que o deputado Carlos Geilson, no programa que faz, já se manifestou a respeito disso. Nós fizemos uma enquete no meios de comunicação. Eu faço, também, um programa na *Rádio Cultura* que é o *Tribuna do Povo*. As pessoas participam ao ligar para o programa. Nenhuma pessoa foi favorável à cobrança da taxa de estacionamento de veículos.

Então, Sr. Presidente, acho que uma cidade como Feira de Santana, como Vitória da Conquista... Não sei, deputado Herzem Gusmão, se os *shoppings* de Vitória da Conquista, também, cobrarão a taxa de estacionamento, porque, em Feira, estão querendo cobrar.

A gente espera, Sr. Presidente, haver sensibilidade.

Quanto ao *shopping* de Feira de Santana, estamos fazendo uma campanha através dos meios de comunicação ao dizer para as pessoas que as mesmas lojas, situadas no *Boulevard Shopping*, estão, também, no centro da cidade de Feira de Santana e a população não vai pagar esse estacionamento.

Observem quem ia comprar ou quem ia fazer compras no *shopping*, vai fazer no centro da cidade porque tem, até, acessibilidade muito melhor, sem precisar pagar duplamente aquilo que já os comerciantes têm cobrado. No momento em que o consumidor faz a sua compra, ele já está pagando este imposto. Então, não é justo, Sr. Presidente, que a população de Feira de Santana venha a pagar aquilo que não é de direito.

Enfim, deixo, aqui, meu repúdio contra a manifestação dessa associação de comerciantes, pois nenhum representante das associações de *shoppings centers* esteve presente na sessão da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa.

Deus é justo. Já estamos vendo o deserto nos estacionamentos dos *shoppings* de Salvador. Com certeza, eles terão de recuar aqui em Salvador. Quanto à cobrança da taxa de estacionamento de veículos em *shoppings* na cidade de Feira de Santana, esperamos que isso não venha a acontecer.

Era isso, Sr. Presidente, o que gostaria de registrar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, visitantes, imprensa, servidores, querido deputado Carlos Geilson que conduz esta sessão, ouvi, aqui, atentamente, o deputado José de Arimatéia, pois ele é um grande parlamentar, guia espiritual, um homem afeito às questões da medicina e, agora, afeito, também, com relação às questões voltadas à defesa do consumidor.

Fui presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. Aqui, falo em meu nome pessoal, porque, como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, quero fazer esta separação. Tenho debatido e acompanhado esta questão da cobrança da taxa de estacionamento de veículos em *shopping centers* de Salvador; agora, Feira de Santana; e na Bahia de modo geral.

Não tenho uma opinião formada, deputado Joseildo, sobre essa questão.

Mas quero, aqui, chamar os senhores para algumas reflexões. Primeiro: por que se cobra por hora o estacionamento de veículos em áreas de Zona Azul nas diversas cidades? Por que se cobra o estacionamento de veículos em área pública e não se pode cobrar em área privada? Isso é para reflexão. Não estou aqui fazendo a defesa de um posicionamento, até porque não tenho essa opinião.

Mas se formos analisar do ponto de vista da segurança, é muito mais seguro pagar a taxa de estacionamento para veículos em local privado do que pagar no meio da rua, na Zona Azul, quando não há nenhuma segurança e o seu veículo fica sujeito às intempéries.

Ou seja, este é um debate que precisamos fazer. Eu topo debater. Acho justo

debater. Qual o custo de você guardar o seu veículo em qualquer local? Este debate pode ser.

Agora, eu tendo a entender a decisão do STF e entender que, em uma área privada, é direito do empresário assumir o seu posicionamento como empreendedor.

Eu não tenho, deputado Sidelvan, uma opinião formada e quero formá-la.

No entanto, ao mesmo tempo, quero chamar a essa reflexão. Vejam, às vezes, a gente fica aqui, deputado Carlos Geilson, a defender a posição de ser contrário às cobranças da taxa de estacionamento de veículos em *shoppings centers*. Nós assumimos esta posição. Por outro lado, nós passamos a mão em cobrar a taxa de estacionamento de veículos em áreas públicas que, em tese, não deveria por se tratar de área pública. Logo, se é pública, em tese, deveria ser de graça o cara colocar seu carro em uma rua pública.

Observem, quando você vai cobrar pedágio nas estradas, o Estado faz uma concessão a uma empresa. Não é isso o que acontece em áreas de Zona Azul ou em áreas públicas quando são cobradas taxas de estacionamento de veículos.

Por isso, fiz questão de vir aqui para que a gente pudesse fazer, realmente, esse debate aqui, sem nenhuma paixão sobre o que é correto, o que é errado, para que não estejamos defendendo aqui um determinado posicionamento. Porque eu prefiro deixar o meu patrimônio sob a guarda, numa uma área fechada, com vigilância, do que pagar, deixar no meio da rua, voltar e não encontrar o veículo, e ele não tem a quem reclamar, porque você não tem a quem reclamar, quando o seu veículo é deixado no meio da rua.

Por isso eu gostaria de dialogar com o deputado José de Arimatéia sobre essa questão, acho que a gente podia fazer uma audiência na Comissão de Defesa do Consumidor para que eu possa ser convencido ou convencer das diversas opiniões sobre o regramento que o STF acabou de tomar com relação à cobrança dos estacionamentos em shopping center.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, sobre esse assunto abordado pelos nobres deputados José de Arimatéia e Rosemberg Pinto, especialmente sobre Feira de Santana, independente dessa questão de cobrar na Zona Azul, não cobrar no espaço privado, eu acho que esse não é o melhor momento para a cobrança, especialmente em Feira de Santana.

Estamos num momento de retração do comércio, o bom senso manda e exige que os responsáveis pelos shoppings retardem essa cobrança. No caso de Feira de Santana, prestes à cobrança se iniciar, em Salvador já em evidência. Esse, na minha opinião, não é o melhor momento, um momento de crise onde os logistas, com certeza, serão penalizados com a cobrança do estacionamento no shopping, em Feira de Santana.

Mas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o motivo de subir a esta Tribuna é para fazer alguns questionamentos, inclusive à nossa Comissão de Direitos Humanos.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, no dia 24 de junho, na noite de São João, o policial José Robson dos Santos Costa, de 41 anos, da cidade de Alagoinhas, lotado na CAEL, estava em Caldas do Jorro, no município de Tucano, com conhecidos, ao lado de familiares, quando dois delinquentes bateram no portão, a dona da casa abriu o portão e eles invadiram, e, na presença dos familiares, na presença da esposa do policial, dos dois filhos, um de 15 anos e outro de 07 anos, não perdoou, atirou e matou o policial.

O questionamento que eu faço em relação à Comissão de Direitos Humanos, inclusive desta Casa, que tem, de forma correta, se manifestado em defesa das minorias, e que não concorda com o tipo de ação policial, quando a vítima não esboça violência, eu quero saber o que é que esta Comissão tem feito num caso como este. Uma mãe de família que caiu desesperada sobre o corpo do marido, duas crianças, um adolescente de 15 anos e um de 07 anos, que viram o pai ser assassinado, ser fuzilado, com certeza essa família precisa de assistência psicológica.

A Comissão de Direitos Humanos não pode atuar apenas numa vertente, tem que ser no outro lado também. Nesse caso a vítima foi um policial. E se nós não nos manifestarmos, se a comissão daqui desta Casa não se manifestar, não só em relação a este caso como em outros também, vai nos dar uma ideia de que a Comissão só serve para visitar presídios e reclamar de super lotação, que a Comissão só funciona para reclamar quando há um confronto entre bandidos e policiais e os bandidos tombam, e aí as comissões, não só desta Casa como também das Câmaras Municipais, se manifestam.

É necessário que, num momento como este, a Comissão vá saber como está essa família, como imaginamos essas crianças que viram o pai ser assassinado e que caíram sobre o corpo do pai chorando copiosamente? No mínimo, precisam de um acompanhamento psicológico. O que está se passando na cabeça desses meninos? E essa mãe, agora, para criar seus filhos? E essa mulher que chorava copiosamente debruçada sobre o corpo do marido?

Portanto, temos que ter uma Comissão de Direitos Humanos ativa, atuante, como é. Mas, não apenas nos casos que estamos acompanhando. Recentemente, a Comissão esteve no presídio regional de Feira de Santana para reclamar de superlotação; com justa razão lá estava. Mas, entre tantos policiais que são assassinados – e vejam os senhores que esses 2 delinquentes, viciados em drogas, foram ordenados a matar o policial em troca de uma dívida de 15 mil reais. E aí o PCC ordenou o crime, perdando a dívida de 15 mil reais.

Portanto, eu convoco a Comissão de Direitos Humanos desta Casa a abrir mais, a ir também ver a situação das vítimas, especialmente dessas 2 crianças, e de uma mãe que agora tem essa responsabilidade de criar seus filhos, uma esposa que perdeu seu companheiro e que o viu ser assassinado na presença, não apenas dos seus filhos, como também de conhecidos e outros familiares.

Esse é o recado e a convocação que faço à Comissão de Direitos Humanos da

Assembleia Legislativa da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRERSIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, queridas deputadas, todos que nos assistem e nos ouvem, hoje está previsto, no ambiente da Câmara dos Deputados, uma possível votação de algo que nos é muito caro, extremamente caro para a sociedade brasileira, mas que o Parlamento não se ocupou de fazer as discussões com o devido aprofundamento: a questão da redução da maioria penal.

Esse é um assunto de uma gravidade imensa, porque está se deslocando do centro efetivo da discussão aquelas parcelas de poder e da sociedade que falharam. A família está falhando, o Estado falhando há 500 anos. E a sociedade busca um caminho marginal sem enfrentar uma discussão, levando a uma proposta que fere aspectos pétrios da Constituição cidadã de 88.

Cria a possibilidade de apenar aquele que passaria a ser maior de idade aos 16 anos, impondo-lhe a possibilidade de ficar nas masmorras, que são fábricas de crime, e que não faz retornar, em nível de ressocialização, aquele que delinque. E as estatísticas mostram com clareza o que está acontecendo, 72% da população carcerária – a quarta maior do mundo – é composta de afrodescendentes e de pobres. Um quinto dos homicídios deste país acometem os jovens, os adolescentes e as crianças negras, pardas e pobres. São vítimas, porque as estatísticas mostram que ao praticar crimes, o jovem, o adolescente incorpora essa estatística em apenas 1,3% dos crimes cometidos; homicídios não passam de 0,5%. Estamos deslocando uma discussão, estamos botando debaixo do tapete uma discussão que nos será cara. Estamos deixando de fazer a discussão sobre onde a sociedade errou, onde a família está errando e sobre os 500 anos de omissão e de falta de prioridade para as crianças, jovens e adolescentes deste país. Três milhões de jovens, acima de 15 anos, não sabem ler nem escrever neste país ainda. Como cobrar deles se o Estado lhes tira aquilo que constitucionalmente lhes é outorgado a partir de 1988, da Constituição Cidadã.

Pretos e pobres, na inacessibilidade dos seus direitos, se vêem jogados, a partir da mídia e de um Congresso extremamente conservador, que vão provavelmente jogar por terra conquistas importantes, que nos encheram de orgulho. Nós estamos deixando de discutir o cerne da questão. Países desenvolvidos fizeram retornar seus equívocos e retornaram para aquela visão de que não se deve encarcerar nossos jovens. E no caso dos países desenvolvidos não existem masmorras, não existem fábricas de crimes. Espero que não haja votos suficientes, porque dentro de muito pouco tempo haveremos de estar aqui preocupados, sem saber qual a outra saída.

E existem alternativas, Sr. Presidente, que foram apresentadas pelo PSDB, PMDB, passando pelo PT, a exemplo do que propôs o governador Alckmin e outras lideranças. Por exemplo, impor penas mais duras para quem alicia os jovens para ir

para o crime e não penalizando os que são aliciados. Estamos partindo de uma visão extremamente refratária, de uma visão extremamente retrógrada.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): - Com a palavra o deputado o deputado Adolfo Viana de Castro Neto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o nobre parlamentar Joseildo Ramos traz um tema que vai ser votado hoje pela Câmara Federal. Acho que nós, deste Parlamento, devemos também dar a nossa opinião. Respeito o deputado Joseildo Ramos, tenho uma opinião um pouco diferente, deputado. Mas acho que cabe a esta Assembleia discutir esse assunto que está na cabeça de todos os brasileiros.

Na Comissão Especial em que foi discutida a PEC da Maioridade Penal, o relator deputado Laerte Bessa era a favor de reduzir totalmente, para todos os crimes, a maioridade penal. O deputado Jutahy Magalhães fez uma emenda pedindo que fosse reduzida a maioridade penal apenas para os crimes gravíssimos. E o que são crimes gravíssimos? Estupro, homicídio qualificado, tortura, tráfico de drogas. E aí, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, houve uma votação na qual 21 parlamentares foram a favor da redução da maioridade penal para os crimes gravíssimos e 6 parlamentares contra, sendo que o relator foi a favor de que a maioridade penal fosse reduzida para qualquer tipo de crime.

A sociedade brasileira, hoje, na sua maioria, por pesquisa, é a favor de que a redução da maioridade penal aconteça. Eu acho, deputado e presidente Carlos Geilson que a sociedade brasileira, e aí incluo todos os baianos, não aguenta ver, por exemplo, um jovem de 17 anos cometer crimes gravíssimos, às vésperas de completar 18 anos, e não ter uma pena adequada. A sociedade, no meu modo de entender, não quer que esses jovens que têm a capacidade de cometer esses tipos de crimes estejam no convívio da sociedade.

Deputado Joseildo, quero parabenizar V.Ex^a pela iniciativa de trazer esse debate. Acho que esta Casa tem que se manifestar, os parlamentares têm que colocar aqui as suas posições, o que pensam deste assunto.

Quero deixar claro, deputada Luiza Maia, qual o meu posicionamento. Sei que é diferente do posicionamento de V.Ex^a porque já conversamos sobre este assunto. V.Ex^a que é contra a redução da maioridade penal e tem as suas explicações. Quero colocar que o meu posicionamento é idêntico ao do deputado federal Jutahy Magalhães. Eu sou a favor da redução maioridade penal para crimes gravíssimos, e foi assim que foi votado na Comissão Especial da PEC da Maioridade Penal.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o que me traz a esta tribuna na tarde desta terça-feira é fazer uma provocação à Mesa Diretora, Sr. Presidente Carlos Geilson.

Ontem, perguntei ao deputado Adolfo Menezes que na oportunidade presidia a sessão, e eu gostaria de fazer a mesma pergunta a V.Ex^a para que a Mesa Diretora se

manifeste com relação a este assunto que é do interesse da Assembleia Legislativa, e sendo do interesse da Assembleia Legislativa é do interesse do Estado da Bahia.

Aprovamos, em 2013, a emenda impositiva; em 2014, o governo pagou parte das emendas aos parlamentares da Base do governo e não pagou aos parlamentares da oposição e também não pagou na sua totalidade aos deputados da Base do governo. Pergunto ao nobre presidente, à nossa Mesa Diretora e aos deputados que compõem esta Assembleia Legislativa: aprovamos por unanimidade a emenda impositiva para este Parlamento e por que o governo não vem cumprindo a lei aprovada por esta Assembleia?

Trago este assunto para que façamos uma reflexão. E, no momento em que este Poder aceitar que o Poder Executivo não cumpra com essa lei que foi aprovada aqui, está abrindo brechas para que esta Assembleia...

(A deputada Luiza Maia se manifesta fora do microfone.)

O Sr. ADOLFO VIANA:- Como é deputada?

O Sr. PRESIDENTE(Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Então a deputada Luiza Maia colocou alguma coisa, mas depois abortou o raciocínio...

(O deputado Joseildo Ramos se manifesta fora do microfone.)

O Sr. ADOLFO VIANA:- Irei concluir, deputado Joseildo Ramos, fazendo essa provocação aos parlamentares desta Assembleia: precisamos tomar providências para que as emendas sejam cumpridas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, a nobre professora Luiza Costa Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, vou falar sobre dois assuntos que estão sendo debatidos. Um é sobre a questão do pagamento do estacionamento dos *shoppings* e o outro é um registro de repúdio aos deputados baianos que votaram contra as cotas para as mulheres.

Sobre o estacionamento dos *shoppings*, ontem, às 9h15min, apresentamos um projeto de lei que (lê):- *“Dispõe sobre desconto aos consumidores que se utilizarem das vagas de garagens disponibilizadas por shoppings centers, centros comerciais e estabelecimentos assemelhados, instalados no Estado da Bahia.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. Fica garantido aos consumidores que utilizarem as vagas de garagem dos shoppings centers, centros comerciais e estabelecimentos assemelhados, instalados no Estado da Bahia, o desconto equivalente ao percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total dos produtos ou serviços adquiridos, que será deduzido do preço cobrado a título de estacionamento.”

Em resumo, o que isso quer dizer? Se o estacionamento custar R\$5,00 e você comprar R\$50,00, não precisa pagar o estacionamento. Sei que há um monte de polêmica, essa coisa sobre se os funcionários vão pagar cada hora aumentando mais

um real, tem muita coisa.

Apresentei o projeto, sei das dificuldades que temos para aprovar projetos de deputados nesta Casa, mas para que façamos esse debate. Vi a discussão do nobre Líder Rosemberg, do deputado Arimatéia, e precisamos tratar dessa questão. Ouvi, também, o presidente da associação, Abrasce, dizendo que, no primeiro momento, os *shoppings* ficarão esvaziados. Temos interesse de que o comerciante, a pessoa que tem a sua loja, também continue tendo seus clientes. Precisamos achar um meio termo para essa questão.

Vamos voltar a discutir, espero que discutamos nas comissões.

Quero, também, ler aqui uma Moção de Repúdio aos 12 deputados baianos, vou ler o nome de todos para as mulheres lembrarem sempre, que votaram contra a PEC 182, de 2007, que previa o sistema progressivo de cotas femininas nas Casas Legislativas brasileiras.

O que diz a nossa moção? Na sessão do dia 16 de junho passado, (lê):- *“os deputados federais, por 293 votos favoráveis, 101 contrários e 53 abstenções, rejeitaram emenda aglutinativa à PEC 182/07. Dos votos contrários à aprovação da PEC, 12 deles foram proferidos por parlamentares baianos, cuja bancada, atualmente, é composta por 39 deputados.*

Conquanto respeite o entendimento pessoal e manifestação individual de voto, é lamentável que assim proceda uma quantidade significativa de parlamentares representantes de um Estado majoritariamente constituído por mulheres, haja vista que conforme informações divulgadas pelo IBGE, referente ao censo de 2010, a Bahia é composta por 7,1 milhões de pessoas do sexo feminino, que se contrapõem, em contingente populacional, a 6,8 milhões de homens.

O sistema de cotas previsto na PEC, cuja aplicação ocorreria de forma gradual, com percentual de 10% para a primeira legislatura, 12% na segunda, e 15% na terceira inicialmente pedimos 30% das vagas, muito longe se afiguraria de estabelecer uma representação parlamentar proporcional à população feminina brasileira. No entanto, consistiria em incontestável avanço, porquanto a bancada feminina federal é integrada por percentual equivalente a 10% do total de parlamentares, quando é certo que a população brasileira, atualmente, é composta por 51% de mulheres.”

Quero dar como lido, porque não terei mais tempo. Só quero tecer mais alguns comentários. Estão aqui os nomes dos deputados: deputado Imbassahy, PSDB; deputado João Bacelar, PTN; deputado Cacá Leão, Elmar Nascimento, Roberto Brito, Sérgio Brito, Jutahy Magalhães. Erivelto Santana, Benito Gama, João Carlos Bacelar, Paulo Magalhães, Fernando Torres, além de Arthur Maia, Antônio Brito, João Gualberto, Ronaldo Carletto, Paulo Azi que também não contribuíram para mais essa conquista das mulheres.

Quero deixar aqui registrado o meu repúdio e pedir às mulheres baianas que gravem esses nomes porque realmente é uma vergonha, uma coisa lamentável e sabemos das dificuldades. Hoje temos um Congresso com 513 deputados, apenas 51 deputadas; o Senado com 81 senadores e apenas 12 senadoras e esse número vai

descendo nas nossas casas legislativas. Está aqui o exemplo da Assembleia da Bahia e compreendemos a importância do papel das mulheres na política e nos ajudem nessa luta ou então temos que repudiá-los não só aqui desta tribuna nesse momento mas no ano que vem e no outro, porque acho que realmente é uma demonstração de machismo e de incompreensão da importância do papel da mulher na política.

Fica aqui registrado o meu repúdio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, assistência, inicialmente, quero, em nome da Oposição, apresentar uma moção de pesar pela morte do empresário Vicente Promícia, ocorrido no dia 27 de junho, no município de Inhambupe. Em nome de toda a Oposição queremos deixar registrado nos anais desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos para iniciar o nosso recesso parlamentar, mas antes que isso ocorra, é necessário que esta Casa aprecie a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está para ser votada, que deveria ser apreciada hoje, mas nós, da Oposição, cumprindo com os nossos deveres de poder, além de fiscalizar, além de apontar os erros e os defeitos do governo, também cumprimos com o nosso dever de apontar diretrizes e direções para poder sermos propositivos e poder contribuir com o governo.

E nada mais oportuno do que no momento se apreciar as leis orçamentárias e nesse momento a LDO. Destacamos do projeto que ora se encontra quatro temas que entendemos ser da maior relevância e que esperamos dentro das conversações, dentro das negociações com os líderes do governo que haja a sensibilidade necessária para que estas proposições da Oposição sejam acatadas, votadas e aprovadas por esta Casa. São 4 áreas, 4 temas que foram por nós considerados essenciais. A primeira delas trata do gasto elevado que o governo e de resto por ser costume e por ter sido prática comum no Brasil, os governos gastarem muito com publicidade e com propaganda.

Daí que na nossa emenda pretendemos que esses gastos com publicidade e propaganda sejam limitados a 0,50% da receita corrente líquida, porque entendemos que esses gastos como estão, estão prejudicando outros investimentos no Estado, outros investimentos para a população baiana.

E desta proposição, nasce a segunda proposição, que é aquela em que pedimos, entendemos e estamos a propor que o governo passe a gastar, no mínimo, 1% da receita corrente líquida em investimentos nas áreas essenciais, como a segurança pública, educação e saúde. Nós queremos apenas 1% de investimento, porque a correlação hoje existente mostra que os gastos em propaganda têm sido maiores do que os investimento nessas áreas, ou seja, queremos 0,50% da receita corrente líquida

em propaganda, no máximo, e, no mínimo, 1% dessa receita em investimentos nas 3 áreas citadas.

Além disso, surgem mais duas emendas propostas pela Oposição, que também entendemos serem essenciais. Uma determina 7% da receita corrente líquida para manutenção e para aplicação, de uma forma geral, nas universidades estaduais. É aquilo que entendemos necessários para que essas universidades funcionem.

A quarta proposição da Oposição refere-se à transparência com os gastos públicos nas empresas vinculadas, como Bahiagás, Prodeb, Ebal, Desenhahia e Embasa. Nós, que somos controladores externos do Poder Executivo, não estamos tendo acesso a essas informações, porque a publicidade, que é um elemento essencial da administração pública, não tem sido cumprida eficazmente para essas empresas.

Portanto, são essas as 4 proposições que a Oposição apresenta, que estão a depender da concordância dos Líderes governistas, a fim de que possamos contribuir para uma Bahia melhor, mais justa, mais próspera e transparente.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado. De acordo com o que foi combinado pelos Líderes, falará um representante da Oposição e outro do governo. Nessa sequência, vamos ouvir, pelo governo, o deputado Alan Sanches, depois Hildécio Meireles, Maria del Carmen, depois mais um da Oposição para fecharmos.

Com a palavra o deputado Alan Eduardo Sanches dos Santos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, presidente. Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, demais pessoas que nos acompanham, hoje, mais uma vez, venho falar de um projeto. Sempre fico batendo nisto com V.Ex^{as}, chamando a atenção para a necessidade de votarmos aqui projetos de deputados e deputadas.

Tive uma experiência muito salutar na Câmara Municipal de Salvador – quando fui vereador e presidente daquela Casa. Nós tínhamos um colégio de Líderes, que examinava os projetos que não exigiam discussão, eram projetos chamados não polêmicos, e conseguíamos votar os projetos. É necessário fazer isso aqui na Assembleia Legislativa. Já existe uma comissão, acho que presidida pelo nosso companheiro deputado Fabrício Falcão, que precisa de celeridade. Neste primeiro semestre nós não conseguimos, mas acho que a pauta do segundo semestre, quando aberta, já deve trazer projetos de autoria dos deputados. V.Ex^{as}, os mais novos, que entraram nesta legislatura, poderão passar 4 anos sem conseguir aprovar um projeto sequer para sua região, para seu município, para as pessoas que V.Ex^{as} representam.

Acho que nós precisamos fazer uma incursão sobre isso para que possamos realmente desenvolver nosso trabalho mais legítimo, que é legislar, criar leis, e não só fiscalizar o governo e fazer debates aqui na Casa. Existem diversos, centenas, talvez milhares de projetos desta legislatura que não conseguimos votar. Ficamos votando títulos, honrarias, o que acho extremamente salutar, pois existem pessoas que são

condecoradas nesta Casa que, realmente, têm todo merecimento, mas é preciso que votemos também projetos de autoria parlamentar.

Eu já venho falando com alguns deputados e agora venho pedir a V.Ex^{as} o apoio para um projeto de lei de minha autoria que cria o cadastro único de cirurgias eletivas no Estado da Bahia, na Secretaria da Saúde. Por quê? A Regulação do Estado só regula cirurgias de urgência e traumas. Se o cidadão precisar realizar uma cirurgia de vesícula, de útero, prótese de joelho, prótese de quadril, hoje não existe a informação, na Secretaria da Saúde do Estado, de quantas cirurgias há para serem feitas, quem são os pacientes, a quantidade, a demanda. Não existe!

O novo assessor, Dr. Paulo – Paulinho, da Regulação –, esteve aqui na nossa Comissão de Saúde e disse: “Realmente, eu não sei o problema”. Tem conhecimento do problema, pois sabe as cirurgias que são necessárias, mas não tem o conhecimento do tamanho do problema. Você tem que buscar, nos hospitais, a quantidade de cirurgias, porque cada hospital tem a sua lista própria. Os hospitais Santa Isabel, São Rafael, Irmã Dulce, qualquer hospital tem a sua lista.

Outro dia, encaminhei uma paciente com uma lesão de menisco para o Hospital Manoel Vitorino, referência em trauma. Tudo bem, atenderam, um amigo, colega médico, atendeu. Esta semana, a paciente voltou para mim e disse: “Doutor, queria saber se o senhor tem outra alternativa”. Eu perguntei: “Por quê?” Ela disse: “Ele me atendeu muito bem, mas há 140 pessoas na minha frente para fazer essa cirurgia”. Quando é que vai fazer? Não vai fazer. Então, o Estado tem que fazer essa parte.

No projeto, não estou criando despesas, não estou criando nada além da possibilidade de a pessoa se inscrever. Não falo em planejamento cirúrgico, não falo obrigatoriedade de se fazer a cirurgia. Mas nós temos que ter, no caso, a Secretaria de Saúde do Estado, o conhecimento, a informação. Apenas a informação!

Então, o que eu peço é a criação do cadastro único de cirurgias eletivas, que são as cirurgias programadas, para que possa tornar o assunto de conhecimento público, porque hoje nós não temos.

Sempre digo que nós tivemos aqui, no passado, vários convênios firmados para acabar com o ortotrauma do antigo HGV e do HGE. Graças a Deus, hoje, temos 5 ou 6 convênios com hospitais que resolveram isso. Mas, e as cirurgias eletivas, que só ficam se amontoando, com as pessoas pedindo aos deputados Herzem, Gika, Maria del Carmem que deem uma solução?

Então, peço realmente o apoio de V.Ex^{as}. Outros cadastros já foram aprovados aqui nesse tipo de projeto. É um projeto que apenas cria a possibilidade de a pessoa se inscrever. O restante, nós veremos depois.

Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço aos colegas pelo apoio que, com certeza, terei.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado.

Com relação à provocação que o deputado Adolfo Viana fez, na próxima reunião da Mesa trataremos deste assunto, as emendas impositivas.

Concedo a palavra ao deputado Hildécio Antônio Meireles Filho, digníssimo representante do Baixo Sul da Bahia – quase 50 mil votos – para usar a tribuna pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Funcionários e Funcionárias desta Casa, Srs. da Imprensa, inicialmente quero agradecer a gentileza da Mesa de, finalmente, ter me permitido vir a esta tribuna; não obstante eu tenha regularmente me inscrito, como manda a norma desta Casa. Tive que esperar, mas, como sou paciente, finalmente estou chegando aqui a esta tribuna.

Nós, baianos e baianas que acompanhamos o noticiário através da imprensa, qualquer um de nós, deputados ou deputadas que sentarem em uma dessas cadeiras e prestarem atenção aos discursos que aqui são proferidos, sobretudo pelos deputados da Oposição e mesmo por alguns da base do governo, comprovamos que o povo da Bahia da televisão é um povo feliz. O povo da Bahia da realidade é um povo infeliz...

Recordemos o pronunciamento do deputado Adolfo Viana. Ele falava sobre a quebra de acordo, falava sobre a falta de cumprimento da própria lei estadual por parte do governo que se diz democrático e republicano. Antes, o deputado Herzerm Gusmão, o deputado Pedro Tavares e o próprio deputado Carlos Geilson, que neste momento preside a sessão, se pronunciaram com relação a graves problemas que convivemos neste Estado.

O deputado Carlos Geilson falou sobre o policial militar que foi assassinado pela bandidagem no interior da própria residência, e diante de familiares. O policial é um ser humano, um funcionário público que certamente não terá a atenção devida do poder público. Este é o governo em que estamos vivendo.

O deputado Herzem e o deputado Pedro falavam sobre as péssimas condições das nossas estradas. Aí, meu caro deputado Herzem, gostaria de afirma que as chuvas na Bahia têm alagado a extinção do nosso Derba. As chuvas têm derrubado pontes por essas estradas estaduais afora. As chuvas têm adentrado nas ruas daquelas cidades em que as estradas passam pelo centro.

Ainda hoje, no município de Taperoá, a população teve de ir para as ruas para quebrar uma ponte; não por vandalismo, com medo que as águas, embarreiradas pela ponte, fossem invadir as suas casas. E a população, minha cara deputada Maria del Carmen, V.Ex^a que é votada naquela região, teve de quebrar um equipamento público para não ver o seu patrimônio, o seu equipamento privado ser degradado e ser destruído.

E aí vem a figura do Derba. Alguém se lembrou e disse: vamos ligar para o Derba. Assim fez uma vereadora da cidade de Taperoá. Ela ligou para o Derba de Santo Antônio de Jesus. O ex-gerente do órgão, que ainda está lá respondendo pelo quê? não sei? disse: “vereadora, infelizmente o Derba não existe mais.” Aí, a vereadora disse: “a quem teremos de recorrer?” Há 6 meses a região sofrera pelas consequências das fortes chuvas que por ali passaram. Após 6 meses, de novo, estamos sofrendo esse problema. A população, as lideranças, os vereadores e os próprios prefeitos não têm a quem recorrer. Por isso, quero fazer um apelo ao secretário de Infraestrutura do Estado para que, de fato, o governo volte as atenções.

Parece-me que, naquela ocasião, foi decretado estado de emergência. Parece-me que o governo da União já liberou recursos. Mas, infelizmente, a burocracia, a má vontade e a falta de vontade política têm emperrado ações, neste governo, capazes de resolver esses problemas que têm feito a nossa população sofrer no dia a dia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputado Maria del Carmen, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson, prazer em vê-lo presidindo a sessão. Srs. Deputados, Sr^{as} Taquígrafas, Srs. Servidores, Imprensa, aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia*, nesta tarde, venho a esta tribuna, primeiro para me solidarizar com o pronunciamento da Deputada Luiza Maia quando fala sobre o seu descontentamento e da sua tristeza por não ter visto aprovado pelo Congresso Nacional a cota que definia um percentual de mulheres numa forma progressiva, entre 10% até 15%, que permitiria ter mais mulheres na vida pública, no legislativo, seja federal, estadual ou municipal, garantindo, portanto, melhor condição de trabalho, de forma mais adequada e com mais participação das mulheres brasileiras.

Venho também a esta tribuna, nesta tarde, deputado Bira Corôa, para dizer da tristeza que esta data de hoje representa para todos nós, tendo em vista os projetos que estão em pauta hoje no Congresso Nacional e que podem ser motivo de enorme frustração para a sociedade brasileira, demonstração, inclusive, de um retrocesso histórico no processo de avanço democrático neste país. de repente, em razão de um Congresso extremamente conservador, poderemos hoje ter um enorme retrocesso.

Falo inicialmente, deputado Gika, do projeto do senador José Serra, que diminui e fragiliza a participação da Petrobras na exploração do pré-sal, alterando o regime de partilha e atentando contra a intervenção nacional Na exploração e gestão dos nossos recursos naturais. Isso é um crime, eu diria, contra a população brasileira, contra a nossa juventude, porque desses recursos, a maior parcela será para a educação. Portanto, não estamos apenas permitindo uma nova forma de partilha, uma nova forma de exploração do petróleo, mas estamos impedindo - Deputado Sidelvan Nóbrega, V.Ex^a que também tem trazido para esta Casa esse debate da preocupação com a educação - e tirando dessa juventude a possibilidade de ter muito mais recurso para prepará-la para o futuro deste país, que pode ser tão promissor.

Caso esse projeto do senador José Serra seja hoje aprovado, teremos a entrega para grupos estrangeiros, que são os que mais desejam explorar o pré-sal, quando sabemos que a Petrobras tem todas as condições de explorar essa, que é uma riqueza nossa. Temos o exemplo e o resultado para o município de Cairu com a questão da exploração do gás através da Petrobras. Sabemos o quanto isso pode mudar a realidade daquele município.

A outra, deputado Bira Corôa e demais deputados que nos ouvem, é a redução da idade penal. É inacreditável que possamos estar vivenciando hoje a possibilidade

de aprovação pelo Congresso Nacional, pela Câmara de Deputados, desta redução.

No ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, faz 25 anos - há 25 anos festejávamos o Brasil ter tido a melhor lei em nível internacional de defesa da criança e do adolescente - podemos hoje ver cair todo esse instrumento.

Para minha tristeza, apesar de estarmos em posições políticas diferenciadas, o deputado Jutahy Magalhães é um homem com quem sempre tive uma relação próxima, até porque militamos no mesmo partido; ele que era, naquela ocasião, ministro da Ação Social do governo nacional, se coloca a favor da redução da maioria penal. Foi uma das pessoas que mais estranhei ter essa posição, um homem sério, com posições claras, definidas. Podemos discordar da posição dele, mas é um homem de posições, deputado Alex, ele que era ministro naquela ocasião e que deve ter sido um dos que assinaram aquela lei...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Concluindo, deputado Carlos Geilson, com a sua tolerância, um dos que assinaram aquela lei que estabelecia um novo Eca. Para nossa tristeza, esse será o maior crime cometido contra a juventude brasileira, porque a partir daí, só teremos cada vez mais nas nossas penitenciárias os negros e pobres deste país.

Infelizmente, hoje pode ser um dia de muita tristeza para a maioria da população brasileira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Ubirajara da Silva Ramos Corôa, Bira Corôa, a voz forte que vem da cidade de Camaçari.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Servidores desta Casa, imprensa, visitantes, faço uso, neste momento, da palavra, em primeiro lugar, para me posicionar, assim como a maioria dos deputados e deputadas que usaram a tribuna no dia de hoje, em relação ao retrocesso que está sendo imposto ao Brasil por parte do Congresso Nacional.

A Sr^a Maria del Carmen:- Isso é retrógrado!

O Sr. BIRA CORÔA:- Retrógrado!

Isso não condiz com os interesses e com a vontade da sociedade brasileira, nem corresponde ao momento em que vive o Brasil e o mundo. O processo de domínio do capital imposto pelo neoliberalismo já tem sido superado, até mesmo no centro do capitalismo internacional. Não funciona mais nos Estados Unidos, não atende mais aos anseios e às necessidades da Inglaterra, do Japão e de outras potências econômicas do mundo.

Eles tentam, mais uma vez, investir pesado na economia que cresce na América Latina com a grande perspectiva de barganhar as instituições e as empresa estatais produtivas e rentáveis do Brasil e de países latinos.

É preciso chamar a atenção desta Casa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, porque o que o Congresso Nacional está cometendo, hoje, por meio de uma ação retrógrada que violenta o povo brasileiro, reflete na nossa condição de representantes

dos setores organizados da nossa sociedade, reflete na nossa posição de defensores dos direitos da nossa sociedade. Lá, hoje, poderá ser aprovada a redução da maioria penal, o que não irá, sob hipótese alguma, reduzir a violência.

Não reduzirá a violência, porque, simplesmente, o objetivo central tem cor, idade e endereço. São garotos e garotas negros da periferia das nossas cidades, dos nossos Estados e do nosso país. São meninos que, agora, estarão, sob aval do Estado, à disposição da formação do crime. Colocar esses garotos e essas garotas na cadeia, nas condições que conhecemos, hoje, é, nada mais, nada menos, do que empurrá-los para a especialização a serviço do crime. É por isso que nós nos colocamos contrários à redução da maioria penal. Nos colocamos em posição contrária, porque, hoje, o que temos de discutir, o que o Congresso Nacional deveria estar discutindo é o seu papel de representar os interesses da sociedade e de assegurar as leis e as mudanças necessárias para avançar na educação, para potencializar o esporte, a cultura, e, consequentemente, a ação social e a assistência no acompanhamento desses garotos e garotas.

Não é ampliando o tempo de meninos delinquentes atrás das grades que iremos salvar a sociedade, muito pelo contrário. É por isso que faço minhas as palavras de todos os deputados e deputadas que se posicionaram, hoje, neste Plenário.

Quero chamar a atenção que o outro grande crime que está por vir é, exatamente, a quebra da autonomia da Petrobras, é tirar o direito constitucional do povo brasileiro, do interesse do capital nacional, em favor do interesse do capital internacional. Essa ação, nobre deputada Maria del Carmen, não é desatrelada do constante ataque que eles fizeram à Petrobras, por mais de um ano, tentando desqualificar, criar uma imagem negativa na sociedade brasileira; criar uma aversão a maior instituição do estado brasileiro. E, exatamente, facilitar sua entrega ao capital internacional, como o fizeram com diversas outras empresas nacionais.

Além da entrega da Petrobras, há um projeto deles para destruir as empresas privadas e as grandes construtoras brasileira, na perspectiva de enfraquecer a economia do país; tornado-as um alvo fácil para o domínio e controle do capital internacional.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o dia de hoje não é um dia para ser comemorado. Temos que nos posicionarmos, com disposição e vontade, para irmos às ruas com o povo brasileiro, mais uma vez, para dizer que não queremos a destruição do Brasil. E, não queremos impedir o desenvolvimento e crescimento das empresas e das instituições nacionais. É com o fortalecimento do capital nacional que daremos condições de auto-sustentação e desenvolvimento para o nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada a sessão. Aliás, a deputada Fabíola Mansur havia pedido a palavra. Portanto, antes de encerrar a sessão, a deputada Fabíola Mansur se constitui como última oradora nesta tarde de 30 de junho de 2015.

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, quero parabenizar o município de V. Ex^a, Feira de Santana, que, antes de Salvador, consegue numa articulação do governo federal, do governo estadual e do prefeito para dar início a assinatura para a implantação do BRT. Vamos ter mobilidade em Feira de Santana, pelo menos no que diz respeito ao BRT, antes do município de Salvador.

Venho a esta tribuna para ratificar o que disseram os 2 grandes oradores que me antecederam: a nobre deputada Maria del Carmen e o deputado presidente da Comissão da Igualdade, e reafirmar o nosso compromisso com a igualdade; com a defesa dos interesses coletivos; com a defesa dos interesses da juventude.

Como já reafirmado aqui várias vezes, inclusive pelos deputados Manassés, Beбето Galvão e a senadora Lídice da Mata, também sou contra a redução da maioria penal, visto que isso jamais irá resolver o problema da nossa juventude. Temos, sim, que trabalhar para vencer a impunidade e fazer uma reforma no nosso Sistema Penitenciário. E, ao mesmo tempo, garantir que a juventude seja acolhida com uma educação de qualidade, uma educação, aliás, federalizada; com igualdade de oportunidades, antes de estarmos discutindo uma ponta do iceberg que condenará nossa juventude a estar em sistemas prisionais absolutamente falidos, significando uma escola do crime da qual não queremos.

Ao reafirmar isso, assumimos um compromisso com uma série de partidos como o PSB, PCdoB, PT e outros partidos aqui representados. Desejo que essas argumentações possam sensibilizar a grande maioria dos deputados para que possamos ter uma votação diferente daquela que aprovou a maioria penal na CCJ.

Numa segunda fala, quero também me solidarizar com todos os funcionários de *shopping center*, e com os funcionários de serviços públicos que lá estão colocados, que são os agentes públicos que estão nos SAC's oferecendo vários serviços, com consumidores desses serviços públicos que, muitas vezes, têm gratuidades na emissão da certidão e não vão ter a gratuidade no pagamento do estacionamento. Ora, é inconcebível!

Obviamente, não quero aqui ferir o direito civil, o direito de propriedade, que respeito. Mas a função social de um shopping, a locação de espaços pelo Estado, por exemplo, poderia garantir que consumidores de serviços públicos que lá vão tirar suas carteiras de identidade, vão pegar alguma via do seu título de eleitor no TRE possam ter garantia de gratuidade desse serviço. Assim como pessoas com deficiência, idosos que têm gratuidade em outros serviços que igualmente são privados, que a gente também possa conseguir o intermediário.

Com relação aos funcionários, fui procurada por alguns. Fica praticamente inviável um funcionário, presidente, que recebe salário-mínimo, muitas vezes sem CLT, ter que pagar um estacionamento de 5,6,8 reais pelas primeiras 2 horas. Ele, praticamente, vai pagar para trabalhar. Como sabemos que não temos uma cidade cuja mobilidade urbana permita o uso do transporte público, o uso de metrô – temos um que saiu e não será mais de calça curta, mas ainda não há essa disponibilidade – ,

que nós possamos estar sensíveis dessa função social dos shopping, pedindo que possa ser aberto um precedente no que diz respeito aos funcionários, aos agentes públicos que lá trabalham e no que diz respeito aos consumidores de serviços públicos.

Entramos hoje com dois projetos, presidente, que dizem exatamente isso, porque entendemos que é preciso. Diante de uma crise que afeta dos governos aos cidadãos, diante de aumento de inúmeras tarifas, mesmo aqueles que estarão lá se divertindo, tendo seu lazer ou mesmo tirando documentos não podem realmente ser vítimas de mais esse arrocho.

Então estamos pedindo que este projeto tramite de forma célere nesta Casa, isentando esses agentes públicos e funcionários da cobrança do estacionamento e, também, vedando o Estado de locar imóveis. Na verdade, o Estado, Sr. Presidente, muitas vezes loca grandes espaços nesses shopping, dando lucro a eles. Então, poderia a contrapartida ser a diminuição do gasto dos cidadãos com esses estacionamentos, pelo menos no que diz respeito a essas categorias de maior vulnerabilidade social, no caso dos deficientes e idosos; dos agentes públicos – aqueles que vão consumir os serviços públicos que são providos pela administração direta do Estado.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- OK, deputada. Parabéns pelo pronunciamento. Só faço uma observação. A senhora falou sobre funcionários que ganham salário-mínimo. Ganhar salário-mínimo e ter um carro hoje. Tem de fazer um malabarismo muito grande para conseguir esse veículo.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Presidente, se me permite, hoje nós temos o crédito fácil que permitiu a pessoas da classe D e E terem carros. Necessariamente, o emprego em nosso Estado, que aliás em função da crise vem caindo, os salários não acompanharam o poder aquisitivo para se ter um carro. Então, a maioria das pessoas têm, em suas famílias, pelo menos um carro que permita isso. E digo, pode não ser um salário, pode até ser inferior ao salário, porque muitas pessoas ganham salário e não são CLT, o que significaria que sem os encargos ganham até abaixo disso.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- E ter um carro é importante, não é? O cidadão ter que fazer malabarismo para ter um carro, pagar prestação, só emplacamento e o IPVA.

A Sr^a Maria del Carmen:- Questão de ordem, Sr. Presidente?

Questão de ordem da deputada Maria del Carmem.

A Sr^a Maria del Carmem:- É um tema que merece um debate amplo, porque ao mesmo tempo é contraditório. Em todo o mundo, em todas as cidades, nas grandes metrópoles, estamos sempre na discussão com relação ao transporte coletivo, retirando e fazendo enormes investimentos para que incentivemos a utilização do transporte coletivo com qualidade.

No momento em que asseguro e trabalho na direção do carro, do individual –

porque o automóvel na maioria das vezes é o individual – estou de certo modo entrando no contraditório do ponto de vista de uma proposta de cidade que a gente deseja, onde o transporte seja coletivo.

Entendo a posição da deputada Fabíola Mansur, claro que os trabalhadores não deveriam ser penalizados; apesar de achar que a gente tem que incentivar cada vez mais a utilização do transporte coletivo. E a gente coloca aí o que o prefeito Haddad está fazendo em São Paulo com as ciclovias: quilômetros e quilômetros implantadas tentando assegurar que a bicicleta também seja utilizada como meio transporte.

Temos um projeto em Salvador que vai a 200 Km de ciclovias, que é o Cidade Bicicleta. Está proposta a sua implantação pelo governo do Estado. Acho que é um projeto inclusive extremamente importante para a cidade de Salvador. Acho que esse é um bom debate, deputado Carlos Geilson, que preside esta sessão.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Peço vênia.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Com certeza acompanho a fala da deputada Maria del Carmem, mas só gostaria de reafirmar: o objeto do projeto é a cobrança ao trabalhador daquele recinto, e ao consumidor de serviços públicos. Não sei se V.Ex^a sabe que a primeira identidade é gratuita. Então, se um jovem tem um carro e vai ao shopping, ele não pagará pelo serviço público, mas pagará pelo estacionamento.

Então, são para categorias – pessoas com deficiência, idosos, funcionários que trabalham no shopping e que tem um carro – que fizemos essa proposta.

Mas concordo, desejo que a minha cidade seja da mobilidade urbana para que nenhum de nós precise de carros e que seja incentivado o transporte de massa e não o individual.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, e podem falar qualquer coisa desta presidência, menos que não é tolerante.

Não havendo mais nenhum orador, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*